

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL DO MARAJÓ

(CNPJ 23.453.830/0004-12)
Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial dos Exercícios				Demonstração de Resultados dos Exercícios			
Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2018	2017	Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		6.976.606	6.644.169	Receitas Operacionais		39.414.246	39.024.000
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.158.887	2.495.985	Serviços prestados pacientes SUS		39.414.246	39.024.000
Contas a receber	5	3.382.080	3.252.000	Custos		(33.033.470)	(31.211.828)
Estoques		352.585	503.145	Serviços de terceiros		(16.184.272)	(16.384.649)
Adiantamento a funcionário		52.262	76.932	Pessoal e encargos		(11.878.401)	(10.756.844)
Adiantamento a fornecedores		739.937	269.285	Materiais e medicamentos		(4.970.797)	(4.070.335)
Partes relacionadas	8	274.974	28.503	Despesas		(7.985.738)	(7.562.949)
Despesas antecipadas		15.881	18.319	Pessoal e encargos		(2.969.600)	(2.689.212)
Não Circulante		7.821.625	7.314.699	Despesas gerais e administrativas	15	(4.941.765)	(4.804.562)
Contas a receber	5	6.694.453	5.882.474	Impostos, taxas e contribuições		(9.268)	(8.819)
Partes relacionadas	8	156.746	450.000	Depreciação amortização		(308.481)	(335.655)
Depósitos judiciais		18.919	18.919	Outras receitas e despesas operacionais		243.376	275.299
Imobilizado líquido	6	60.667	67.391	Financeiras, Líquidas		29.962	77.260
Intangível líquido	7	61.554	79.021	Despesas financeiras		(41.045)	(39.635)
Imobilizado-contrato de gestão líquido	6	829.286	816.894	Receitas financeiras		71.007	116.895
Total do Ativo		14.798.231	13.958.868	(Déficit) / Superávit do Exercício		(1.575.000)	326.483
Passivo		2.018	2017	Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios			
		2.018	(Reapresentado)	Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Circulante		6.746.470	5.175.486			2018	2017
Fornecedores	9	3.682.920	2.419.455	Fluxos das atividades operacionais			(Reapresentado)
Obrigações trabalhistas	10	2.182.153	1.878.108	(Déficit)/superávit do exercício		(1.575.000)	326.483
Obrigações sociais	11	360.940	324.559	Ajustes para reconciliar o resultado			
Obrigações fiscais		261.169	144.712	Depreciação/amortizações		308.481	335.655
Outras contas a pagar		9.032	14.054	(Déficit) / Superávit ajustado		(1.266.519)	662.138
Partes relacionadas	8	250.256	394.598	Variações no circulante das contas de ativo e passivo		1.323.662	(2.574.568)
Não Circulante		1.668.469	825.090	(Aumento) de outros créditos		(1.388.041)	(2.368.476)
Receitas diversas	12	1.668.469	816.894	Redução / (Aumento) de estoques		150.560	(93.955)
Outras Obrigações		-	8.196	Redução de despesas antecipadas		2.438	30.213
Patrimônio Líquido		14.798.231	13.958.868	Aumento / (Redução) de fornecedores		1.263.465	(32.191)
Patrimônio social		7.958.292	7.631.809	Aumento de obrigações trabalhistas		304.045	197.426
(Déficit) / Superávit acumulado		(1.575.000)	326.483	Aumento de obrigações sociais		36.381	50.115
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.798.231	13.958.868	Aumento / (Redução) de obrigações tributárias		116.457	(77.540)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios				Redução de outras obrigações		(5.022)	(43.752)
Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Aumento / (Redução) das obrigações - não circulante		843.379	(275.268)
Descrição	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) acumulado	Total	Ajustes patrimoniais		-	38.860
Em 31 de dezembro de 2016	6.290.999	1.301.950	7.592.949	Caixa líquido proveniente / (utilizado) das atividades operacionais		57.143	(1.912.430)
Incorporação ao Patrimônio Social	1.301.950	(1.301.950)	-	Atividades de investimentos		(296.682)	(2.820)
Ajustes patrimoniais	38.860	-	38.860	Aquisição de imobilizado		(290.839)	(2.820)
Superávit do exercício	-	326.483	326.483	Aquisição de bens do intangível		(5.843)	-
Em 31 de dezembro de 2017	7.631.809	326.483	7.958.292	Atividades de financiamento		(97.559)	394.598
Incorporação ao Patrimônio Social	326.483	(326.483)	-	Partes relacionadas		(97.559)	394.598
Déficit do exercício	-	(1.575.000)	(1.575.000)	Redução do caixa e equivalentes de caixa (337.098)		(337.098)	(1.520.652)
Em 31 de dezembro de 2018	7.958.292	(1.575.000)	6.383.292	Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		4.016.637	4.016.637
				Saldo existente no início do exercício		2.495.985	2.495.985
				Saldo existente no final do exercício		2.158.887	2.495.985
				Redução no caixa e equivalentes de caixa (337.098)		(1.520.652)	(1.520.652)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetria, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios.

b) Contrato de Gestão: O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 038/SESPA/2015, vigente até 21/09/2019. O INDSH, é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde.

2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor

e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas continua